

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-813-7

DOI 10.22533/at.ed.137210902

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento evolutivo do campo de Ciências Sociais Aplicadas tem sido caracterizado por uma pulsante força dinâmica engendrada por estrutural tendência de crescente emergência de novos cursos, debates e agendas de pesquisa que buscam responder aos dilemas de uma realidade cada vez mais fluida e complexa.

A abordagem interdisciplinar apresentada por este livro dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas tem como fundamento lógico uma análise teórico-conceitual que parte da própria apreensão dos problemas existentes na realidade empírica brasileira a fim de descrever explicações e propor prescrições de soluções para os dilemas humanos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, esta obra intitulada, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 1”, apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos sobre a realidade empírica urbana e rural brasileira.

O objetivo deste livro é demonstrar que existe uma riqueza teórico-metodológica existente na combinação de uma leitura interdisciplinar e em uma ciência aplicada à resolução dos problemas sociais do campo científico, propiciando assim uma abrangente agenda de estudos de ampla relevância fenomenológica.

Estruturado em 18 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas em distintos cantos do país, as quais coadunam de um convergente recorte metodológico interdisciplinar que parte da análise das realidades empíricas para conformar os marcos teórico-conceituais mais adequados para explicar e responder aos dilemas empíricos.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de distintos estados, este livro faz um imersivo estudo interdisciplinar sobre as distintas realidades empíricas que valoriza a busca para a resolução dos problemas com base nas experiências adquiridas *in loco*.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas, este livro traz significativos subsídios para um amplo público de leitores analisar e interpretar a realidade contemporânea no país com base em uma leitura interdisciplinar.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA VERSUS A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Andreza Aparecida Franco Câmara

Larissa César Zavatário

Paulo Brasil Dill Soares

DOI 10.22533/at.ed.1372109021

CAPÍTULO 2..... 13

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Elaine Aparecida da Silva

Welton Rodrigues de Souza

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

DOI 10.22533/at.ed.1372109022

CAPÍTULO 3..... 29

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM RELAÇÃO ÀS APREENSÕES DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA

Fabício Lemos de Siqueira Mendes

Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.1372109023

CAPÍTULO 4..... 42

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Reidy Rolim de Moura

Tainara Tatiane de Paula

DOI 10.22533/at.ed.1372109024

CAPÍTULO 5..... 59

LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.1372109025

CAPÍTULO 6..... 71

LAZER E TURISMO NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Helena Dóris de Almeida Barbosa

Ligia Terezinha Lopes Simonian

DOI 10.22533/at.ed.1372109026

CAPÍTULO 7	86
O DISCURSO DO “MARNOMUSEU” NO TURISMO EDUCATIVO E DE ENTRETENIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO E DO OCEANÁRIO DE LISBOA	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1372109027	
CAPÍTULO 8	99
ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS DE CICLISMO PARA O CICLOTURISMO	
Josiane Kossar	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.1372109028	
CAPÍTULO 9	108
MOBILIDADE COMO SERVIÇO UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Emerson Aparecido Mouco Junior	
Laiane Maiara Guerreiro Pardini	
DOI 10.22533/at.ed.1372109029	
CAPÍTULO 10	121
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROJEÇÕES PARA O CEARÁ	
Mariana Daniele Bezerra do Nascimento Tavares	
Alane Siqueira Rocha	
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.13721090210	
CAPÍTULO 11	130
O MODELO PROBABILÍSTICO DE TÓPICOS APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.13721090211	
CAPÍTULO 12	146
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Paulo Luiz da Fonseca	
Tatiana Pinho Mattos	
Fernanda da Silva Oliveira	
Alan Lopes Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.13721090212	
CAPÍTULO 13	161
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM EFLUENTES DE ESGOTOS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	
Tatiana Pinho Mattos	

Paulo Luiz da Fonseca
Fernanda da Silva Oliveira
Alan Lopes Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.13721090213

CAPÍTULO 14..... 175

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO, PESQUISA E CIDADANIA

Antônio Marques do Vale
Ignês Amorim Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.13721090214

CAPÍTULO 15..... 183

GALACTOGENIA: DIREITO DOS ANIMAIS X SAÚDE DOS HOMENS

Maíra dos Santos Vieira

DOI 10.22533/at.ed.13721090215

CAPÍTULO 16..... 196

PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS DOS PACIENTES

Aline Albuquerque
Raylla Albuquerque
Laura Boeira
Isis Machado
Luana Lima
Meiriany Lima

DOI 10.22533/at.ed.13721090216

CAPÍTULO 17..... 212

PESQUISA PARTICIPANTE UMA COMUNIDADE DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA ANAPCI-IRATI

Marcela de Moraes
Jorge William Pedroso Silveira
Erivelton Fontana de Laat

DOI 10.22533/at.ed.13721090217

CAPÍTULO 18..... 220

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Erivalton Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.13721090218

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA *VERSUS* A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 22/12/2020

Andreza Aparecida Franco Câmara

Universidade Federal Fluminense,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável
Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8761-2197>

Larissa César Zavatório

Universidade Federal Fluminense,
Departamento de Direito de Macaé
Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-7316>

Paulo Brasil Dill Soares

Universidade Federal Fluminense,
Departamento de Direito de Macaé
Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0724-8271>

RESUMO: A partir do estudo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira – no município de Macaé/RJ –, foi possível perceber que estudar o MST é não se ater apenas em sua construção e luta pois, tema complexo, tangencia inúmeras áreas do direito. O objetivo é compreender a invisibilidade campesina, sobretudo em tempos de pandemia e como sua atuação em direitos humanos ao mesmo tempo em que os demanda. Outrossim, objetiva-se falar um pouco do papel da mulher

no contexto do movimento, justificando-se a importância dos direitos fundamentais à luz do sistema de garantias, no qual estamos inseridos. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação e revisão da literatura. Importa dizer que em razão da pandemia, foi preciso adaptar a metodologia, de modo que a colheita de dados ocorreu de forma virtual para fins de conclusão desse. No desenvolvimento serão abordados dois capítulos. O primeiro capítulo discorrerá a respeito da (in)visibilidade do movimento em contraponto a rede solidária estabelecida pelo assentamento e direitos que embora positivados, carecem de efetivação. Já o segundo capítulo, tratará do trabalho e gênero no campo, e como se dão essas relações. Podendo-se, nas considerações finais, concluir que o modelo de produção desenvolvida no movimento, se apresenta como resistência e anuncia direitos e garantias fundamentais, e alternativas face a problemas sociais e econômicos. Tem-se os processos agroecológicos como emancipatório, e reconstrutor de relações socioeconômicas e ambientais. Evidenciando-se como demandante e precursor de políticas públicas, empreendendo esforços para obtenção e promoção de saúde, alimentação, educação e emancipação de gênero.

PALAVRAS - CHAVE: Garantias fundamentais; políticas públicas; COVID-19; MST; gênero.

(IN)VISIBILITY OF THE RURAL WORLD: FRAGILIZATION OF RIGHTS TO THE PEASANT PEOPLE IN PANDEMIC TIMES VERSUS THE MST'S SOLIDARITY NETWORK AGAINST THE CORONAVIRUS – A LOOK AT GENDER

ABSTRACT : From the study of the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) at the Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) settlement - in the municipality of Macaé/RJ - it was possible to realize that studying the MST is not just sticking to its construction and struggle because, a complex theme, touches numerous areas of law. The objective is to understand the peasant's invisibility, especially in times of pandemic, and its role in promoting human rights at the same time that it demands them. Furthermore, it aims talking a bit about the role of women in the context of the movement, justifying the importance of fundamental rights in the light of the guarantee system, in which we are inserted. The methodology used was action research and literature review. It is important saying that due to the pandemic it was necessary to adapt the methodology so that data collection took place in a virtual way, for the purpose of concluding this article. In the development, two chapters will be approached. The first one will talk about the (in)visibility of the movement in contrast to the solidarity network established by the settlement and rights that, although positive, need to be implemented. The second chapter, on the other hand, will deal with labor and gender in the field, and how these relations take place. It can be concluded, in the final considerations, that the production model developed in the movement presents itself as resistance and announces fundamental rights and guarantees, and alternatives in the face of socioeconomic problems. Taking the agroecological processes as emancipatory, and reconstructor of socioeconomic and environmental relations; showing itself as a plaintiff and precursor of public policies, making efforts to obtain and promote health, food, education and gender emancipation.

KEYWORDS: Fundamental guarantees; public policy; COVID-19; MST; gender

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem início com o projeto de iniciação científica com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) desde 2018, a partir do estudo de gênero no contexto do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o recorte para o assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, localizado no município de Macaé, no Rio de Janeiro. Com o estudo e desenvolvimento de pesquisa e extensão foi possível observar que estudar o MST é ir além de compreender sua importante constituição e luta, é entender toda sua complexidade de temas que o tangencia e que carecem de resguardo à luz do sistema de garantias fundamentais.

Ao analisar as lutas e conflitos de classes, observa-se a problemática de uma clara questão social a ser enfrentada e superada e, em que pese os movimentos sociais tenham, em certa medida, conseguido alguma democratização dos espaços, isso não é recorrente e é constante a luta para afirmação de suas culturas e políticas de inclusão: contra a exclusão, objetivando adesão em novas políticas públicas e a manutenção dos poucos direitos já reconhecidos, como também o reconhecimento de direitos ainda ignorados.

Demonstrando-se relevante a análise do tema para compreensão do meio social imposto ao movimento que, mesmo com suas demandas e lutas por políticas públicas, inclusão, e efetivação de direitos e garantias fundamentais – já assegurados constitucionalmente e por instrumentos internacionais, mas que nem sempre estão em plena efetividade pelos assentados – conseguem promover ações enquanto atores sociais para a promoção de direitos fundamentais como alimentação, saúde, meio ambiente e educação.

É com a justificativa de que se faz necessário dar efetivo cumprimento ao exercício dos direitos de segunda dimensão preconizados, que se esbarram no fato de que quem deveria dar efetividade a esses direitos, não os promovem, seja pela falta de vontade ou escolhas políticas e econômicas na prestação de políticas públicas, manutenção e geração de novos direitos. Levantado-se a hipótese de que ocorre a invisibilidade do mundo rural, sempre existente, mas que vem à tona em tempos de pandemia, não somente pelas carências da promoção de tantos direitos, alguns já enunciados, mas sobretudo, pelas fragilidades do direito à saúde (pouco) oferecidos à população campesina, dentre outros que serão trabalhados.

O método utilizado valeu-se da técnica de revisão de literatura e de experiências anteriores com o Estudo Interdisciplinar de Vivência nas Atividades Campesinas (EIV), especialmente no assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, em Macaé-RJ, e realização das feiras agroecológicas e da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), assim como a análise e estudo de casos, tudo a partir da pesquisa-ação. Tendo sido necessário, em último turno, se valer de pesquisas e noticiários virtuais em razão do momento de pandemia que impossibilita a ida à campo e para fins de encerramento deste trabalho.

O objetivo se afigura em compreender o estigma da invisibilidade campesina, principalmente em tempos de pandemia, como também a política organizacional do movimento e sua atuação enquanto ator social e precursor de políticas públicas em direitos humanos no combate das desigualdades sociais no campo. Assim como entender suas ações, tendo-o como impulsionador de atividades sociais e de desenvolvimento, não apenas para o próprio grupo, mas também aberta aos demais da sociedade, além da importância dos direitos fundamentais à luz do sistema de garantias.

Questiona-se como pode um movimento que em muito carece de efetivação, implementação ou criação de direitos, promover a manutenção do meio ambiente, de alimentação, saúde e educação para o assentamento e para demais grupos de modo solidário durante a luta e, principalmente, ao mesmo tempo em que se enfrenta uma pandemia do nível da COVID – 19. Por fim, objetiva-se discorrer um pouco sobre o papel da mulher no contexto do movimento¹, justificando-se a importância dos direitos fundamentais

¹ Explica-se que apenas por limitação de espaço e recorte de objeto de pesquisa, a condição de gênero será tratada a partir das participações e estudos de campo, não tendo sido possível realizar um recorte racial e de orientação e identificação de gênero, em que pesa seja reconhecida a relevância do estudo.

à luz do sistema de garantias, no qual estamos inseridos e que são constantemente ignorados ou violados pelas autoridades que deveriam colaborar para a promoção desses direitos e não sustentar o posicionamento de necropolítica².

2 I (IN)VISIBILIDADE – GARANTIA DE DIREITOS E REDE SOLIDÁRIA

Por meio das instituições participativas, entendidas como formas diferenciadas de incorporação de cidadãos, associações e movimentos sociais da sociedade civil na deliberação sobre políticas, novos protagonismos induziram e promoveram o processo de partilha de poder, isto é, através da constituição de uma instituição na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente (AVRITZER, 2008). Sendo possível perceber que as maiores ou menores possibilidades de geração de novos direitos em uma sociedade relacionam-se à existência ou não de um Estado democrático de direito que permita a sociedade civil se expressar com liberdade de voz, manifestar seus conflitos sociais e equacionar demandas materiais e simbólicas, através de movimentos sociais, grupos de pressão institucional e/ou representantes na própria esfera estatal (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004).

Dentre muitos direitos que devem ser efetivados ao movimento, os direitos sociais são um grupo de direito que estão assegurados no artigo 6º da Constituição Federal como um direito de todos. Em âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enuncia em seu artigo XXV que “(...) todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz (...)”, dentre outros, de ter assegurada sua “saúde e bem-estar, principalmente quanto à alimentação, (...) serviços sociais (...) e meio de subsistência por circunstâncias independente da sua vontade”. Ao mesmo tempo, a ONU fomentou a criação de órgãos especiais atrelados a sua estrutura, e capazes de se dedicarem a garantir direitos considerados essenciais a todos, como é o caso da Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo.

Relevante é o levantamento histórico, para que seja possível compreender que os direitos humanos englobam e são de todas as pessoas e, portanto, universais e essenciais para uma vida digna. Frisa-se, seu titular é a coletividade, não admitindo distinção. Todos esses temas são indissociáveis pois tocam diretamente os atores que compõem o MST de certa maneira. Isso traz à tona as mazelas da sociedade e o fato de ainda termos atualmente que discutir direitos básicos e urgentes para uma vida digna; sobre direitos que já eram para estar consolidados. Para demonstrar tal afirmação, tem-se, por exemplo, que a Constituição Federal acrescentou o direito social à alimentação em seu artigo 6º apenas em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64. O Direito Humano à Alimentação Adequada, que se relaciona não apenas com o consumo e a produção sustentável,

² Análise pelo conceito de Achille Mbembe que em que coloca que o Estado dita quem está 'apto' a viver e quem deve morrer, dando espaço a inumanidades. E em que (...) “populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBEQUE, 2016).

mas também com a agricultura sustentável, e que também está inserido no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consiste em:

(...) acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a as diversas formas de acesso à água. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (BRASIL, 2013).

Importa dizer que os ODS da ONU para 2030 foram pactuados após o limite da agenda de 2015 e em substituição aos antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Iniciando-se a discussão sobre a necessidade de novos objetivos na Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável). Foi em 2015 que mais de 150 líderes mundiais se reuniram na sede da ONU em Nova Iorque e passaram a visar um plano de ação para países e indivíduos para desenvolvimento mundial, baseado em 17 objetivos, dentre alguns já citados, buscando implementar uma agenda de desenvolvimento sustentável até 2030 (ONU, s.d.).

Acordando uma agenda global que tenha comprometimento com pessoas e o planeta, bem como para a promoção de paz, de vida digna e principalmente erradicação da pobreza. Os países signatários receberam orientação para a implementação desses objetivos (em dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais). A prescrição dos ODS não é obrigatória, mas enquanto países signatários, e aí inclui-se o Brasil, trata-se de uma assunção de compromisso voluntário para o desenvolvimento sustentável (ONU, s.d.). E que pode ser implementado por políticas públicas, planos e programas a serem desenvolvidos pelos países, assim como por meio de ações entre governos, empresas, academia e sociedade civil. O problema se mostra quando a ocorrência de tais direitos apresentam-se apenas no plano formal e a realidade apresentada no plano fático é notadamente divergente.

Em que pese as fragilidades enfrentadas pelo movimento para efetivar tais direitos – mesmo que positivados –, o que é possível observar é que o MST demonstra atuação enquanto ator social e precursor de políticas públicas em direitos humanos, em promoção de direitos sociais à sociedade, e no caso em estudo, ganhando destaque quando do enfrentamento ao COVID-19. Tendo promovido ações solidárias de doações de alimentos agroecológicos às comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e sanitária, enviando frutas, verduras e legumes provenientes do cultivo de diversos assentamentos e acampamentos. Por meio do exercício do direito à alimentação saudável verifica-se o engajamento na prevenção e educação para que produtores promovam o escoamento, entrega e comercialização desses produtos.

As redes solidárias têm ocorrido em âmbito nacional, sendo possível destacar doações em todo o Brasil, calculando-se por meio do site oficial do movimento a entrega

de cerca de 2.800 toneladas de alimentos até 12 de agosto de 2020 (MST, 2020). No PDS Osvaldo de Oliveira, pode-se destacar que mesmo sob ameaça de despejo, as famílias se organizaram para produção agroecológica, livre de químicos – agrotóxicos e transgênicos, tendo como alicerce “a projeção de trabalho de base nos territórios, distribuindo alimentos nas favelas, ocupações urbanas e territórios de vulnerabilidade”, tendo realizado, apenas o PDS, a doação de cerca de 10 toneladas de produtos agroecológicos (MST, 2020). É assim que “a agroecologia é percebida como um processo de organização social, cultural e produtivo, que reconstrói relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos” (CÂMARA et al., 2020), movimentando-se de invisível para visível, ao menos aos olhos de quem é ajudado e quem toma conhecimento das medidas. Seguindo, porém, na busca de efetivação de direitos para ‘si’ – enquanto grupo –.

Nota-se que o movimento perpetua e está em consonância com os direitos fundamentais no qual estamos inseridos, diferente de entes e atores políticos que deveriam tomar frente e, a partir das observações à luz do sistema de garantias, adotar medidas para ajudar não só a cidade como também, e principalmente, o campo que sofre grande estigma, especialmente quando se trata de movimentos sociais como o MST – que se desdobra com as atividades campestres. Algumas pessoas acreditam que o “MST existe por influências subversivas dos partidos de esquerda” (FIGUEIREDO & CALBINO, 2018, p. 105).

Podendo-se concluir que, comumente estigmatizado e sofrendo diversas violações, na pandemia da COVID – 19, se encontram ainda mais fragilizados pelas dificuldades encontradas em saúde ou mesmo escoamento de produtos para geração de renda. Observa-se com o estudo, temas que perpassam as questões de grande relevância social e que fazem parte de um ‘todo’ dentro do mundo campestre como: fome zero e agricultura sustentável; erradicação da pobreza; saúde e bem estar; igualdade de gênero; redução de desigualdades; consumo e produção responsável e educação de qualidade. Isso porque o movimento não poderia deixar de ser analisado com amplitude e com olhar para a importância de diversos assuntos que o permeiam e não só a saúde, moradia e alimentação, mas tantos outros contemplados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030, revelando a importância do tema. Ademais, no tocante da pandemia a vida como um todo importa, de saúde a alimentação, como bem estar e lazer.

A pandemia trouxe à tona as contradições de classe – sempre existente, mas sobremaneira em evidência –, eis que acentuam as desigualdades e demonstram que o avanço da problemática pode ser desastroso.

Além disso, outro enfrentamento que se apresenta, em razão das medidas de saúde, com o isolamento, é a inviabilidade da manutenção dos circuitos de feiras, que ocorriam em diversas cidades e em Macaé, dentre outros lugares, no pátio da Cidade Universitária, locais comuns para comercialização, mas que no momento não podem receber as feiras. Isso ocasiona grande dificuldade para o escoamento de alimentos, dificultando a geração de renda, podendo ocasionar, ainda, o perecimento dos alimentos. Parte desse problema

foi relativizado com a abertura do Espaço de Comercialização Terra Crioula em Macaé/RJ.

A COVID – 19 traz implicações distintas a depender de cada classe, e no campo, apesar de suas fragilidades desde tempos remotos à pandemia, o movimento, embora com tantas dificuldades impostas, nos ensina, não só pelo exemplo de solidariedade, mas pelos ideais, que a saúde, a alimentação e o cuidado com o meio ambiente depende do equilíbrio sustentável e saudável entre a sociedade, na relação com o campo (natureza), o meio ambiente e o povo enquanto nação. Merecendo destaque e visibilidade o movimento e a realização da rede solidária, mesmo que invisível a muitos da sociedade e carente de muitas demandas em direitos fundamentais.

Após o enfrentamento desse ponto, passa-se a análise do estudo de gênero e como se dá a relação no campo de trabalho e convivência entre pares, tendo como objetivo tentar resgatar informações da situação da mulher no momento de pandemia em que se impõe.

3 I RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NO CAMPO

O processo de socialização construiu o conceito de gênero e suas diferenças; distinções hierárquicas, de identidade, e da construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, e em que este “ser homem” possui maior *status* social. Designa papéis, direitos e oportunidades em uma sociedade, o que explica em muito as grandes desigualdades entre pessoas de gêneros distintos (PASTORE, 2005; SILVA & SCHNEIDER, 2010; SOARES, 2004).

Quer dizer, “falar em igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento” (BRASIL, 2018, p. 113), e participação nos espaços, reconhecimento e valorização da mulher em pé de igualdade com os homens nas esferas política, social, econômica, laboral, pessoal e familiar (BRASIL, 2018). A ideia de equidade de gênero se relaciona completamente como sendo um direito humano, e é termo para o alcance do desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza (ONU, 2019).

A desigualdade no que tange ao trabalho também se coloca, privilegiando o homem enquanto as mulheres cuidam da casa ou atividade de produção tidas como ‘menores’, a exemplo de pequenas criações e das hortas, referenciando-as apenas como “ajudantes”, o que gera uma desvalorização do trabalho das mulheres, já que o que desempenha acaba por não ter valor econômico de renda para a casa (SILVA & SCHNEIDER, 2010).

Concluindo-se que tendo ou não entrado nos movimentos motivadas ou influenciadas pela “existência de ‘questões de mulheres’, todas se depararam, no decorrer da militância, com experiências de discriminação de gênero” (SILIPRANDI, 2009, p. 182), desde a escassa participação das mulheres agricultoras na maioria dos espaços, principalmente nas direções, tendo a busca de igualdade, sido um outro motivador para também se

manterem nos movimentos.

Em um contexto pandêmico, a exigência sanitária por isolamento deveria ser viável a todos, mas os dados do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) mostram que para as mulheres tal contexto fez aumentar os índices de violência doméstica contra elas, que passam mais tempo em casa com seus agressores, o que dificulta, inclusive, a denúncia por parte dessas mulheres às autoridades (BRASIL, 2020), demonstrando que o lar nem sempre e não para todos é o local mais seguro do mundo.

No contexto dos movimentos sociais, e no caso do MST, já se reconhece que um dos grandes desafios é “romper com o patriarcado³, inclusive com os homens participando desta desconstrução” (MST, 2020). Foi nessa situação sanitária e de saúde instaurada que foi criada a campanha “Mulheres Sem Terra: contra o vírus e as violências” (Idem), que foi pensado em três eixos e com o intuito de que seja construído uma rede de solidariedade contra a violência:

(...) “Violência contra os sujeitos vulneráveis”, o segundo é “Autocuidado, trabalho e saúde, pensando corpo, mente e relações”, conversando sobre outras formas de violência. O terceiro é “O que é a resistência ativa neste momento de pandemia”, ou seja, como pensar produção, cooperação e autonomia das mulheres e do conjunto do movimento, pois ficarão em casa, mas não em silêncio. Portanto, o combate à violência é o principal foco desta campanha. Queremos fazer com que o conjunto do MST se envolva nesse debate (MST, 2020).

Reconhece-se que acampamentos e assentamento não são ilhas isoladas, e acabam por refletir as relações sociais externas, então mesmo com todas as atividades de formação que o MST costuma promover, nessas situações atípicas e peculiares, é preciso de programas como esse, pois acaba por haver também violência no campo.

Assim é que as políticas de equidade são úteis a enfrentar eixos que impõem a desigualdade, como “a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão sexual do trabalho, na família, a autonomia do corpo e a sexualidade, o racismo e os preconceitos, romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres” (SOARES, 2004, p. 117). Afinal, restrições e falhas institucionais que nutrem as desigualdades de gênero tem menor probabilidade de serem tratadas e corrigidas se perpetuada a existência dessas disparidades (BRASIL, 2018).

Pois considerar as mulheres apenas como ‘ajudantes’ faz com que elas acumulem as atividades doméstica com as da agricultura, conciliando permanentemente essas tarefas e sem o devido reconhecimento e espaço (PASTORE, 2005). Isso decorre da construção

3 O termo correto para essas discussões seria *ordem patriarcal de gênero*. Não apenas por se tratar de um termo mais completo, mas porque pelo que se observa das relações, o problema não está detido apenas no gênero – termo genérico, mas a uma subordinação das mulheres supostamente devida ao homem e que culmina nessa desvalorização da mulher, impondo-se mesmo como uma “ordem” do patriarcado ao gênero mulher (SAFFIOTI, 2011). Tal conceituação não será possível discutir no presente trabalho com tamanha profundidade que merece, mas vale o registro dessa outra forma de classificação do que queremos abordar, que é a desigualdade entre homens e mulheres em diferentes esferas da vida pública e particular.

patriarcal em que o homem é tido como um representante dos interesses da casa, com poder decisório e a mulher o ajuda, e gere os serviços domésticos. Aqui está configurada a chamada divisão sexual do trabalho, onde o trabalho do homem é mais valorizado e há distinção entre ‘trabalho de homem’ e ‘trabalho de mulher’ e é nesse momento que as mulheres começam a se mobilizar politicamente para terem reconhecidas suas identidades de trabalhadoras rurais – agricultoras (SILIPRANDI, 2009).

É essa mesma construção de divisão sexual do trabalho que colabora com a violência em que o homem sendo ‘melhor’ a mulher se vê subjugada às suas vontades. Por isso é que “debater a divisão sexual do trabalho, compreendendo que a sobrecarga das mulheres com o trabalho reprodutivo, e a invisibilidade deste estão nas raízes da opressão e exploração das mulheres, e no campo essa invisibilidade estende-se para o trabalho nos quintais e no roçado” (MST, 2020).

A partir dessas questões, entende-se que a promoção da inclusão ou, de direito iguais em gênero, carrega elementos cruciais para promover e manter essa equidade nos âmbitos econômico, social e ambiental, principalmente para momento como esses – que está instituído na saúde –. Isso porque, se a mulher tem acesso adequado a recursos, ou se há um programa eficiente de transferência de renda, elas participam e aproveitam como iguais da vida econômica e progresso econômico. De igual modo, já na dimensão social, compreende-se a igualdade de gênero como requisito para o alcance da justiça social – que tem o acesso e a participação das mulheres em espaços de forma equitativa, como aspecto/elemento fundamental para seu convívio social de forma igualitária, em aspecto cotidiano e nos contextos extremos como o da pandemia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necropolítica instaurada em face a cidade, e mais ainda contra o campo, colocando a população camponesa ainda mais vulnerável, confirma a hipótese de que, faz-se necessário dar efetivo cumprimento ao exercício dos direitos preconizados de 2^a dimensão, não observado pela (des)política atual. Apesar disso, luta-se para que seja priorizado processos de inclusão social de setores e camadas tidas como “vulneráveis” ou “excluídas”, que movimentos camponeses, como o MST, ganham corpo cada vez mais e que suas ações, por si só, possam ser reconhecidas como instrumentos de políticas públicas também para a sociedade e que sua forma reivindicativa e solidária seja modelo.

Os movimentos sociais contemporâneos realizam diagnósticos sobre a realidade social, elaboram propostas, representam simbolicamente e na prática um conjunto de ações, práticas e discursos que acarretam o pertencimento social do grupo, que apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática.

Com o presente, foi possível concluir que o modelo de produção agroecológica desenvolvido no movimento, se apresenta como resistência baseado em direitos e

garantias fundamentais, conciliando alternativas face aos problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos – incluindo os de necessidade prioritária: de moradia, de alimentação, e outros relacionados ao que se entende por dignidade da pessoa humana, inclusive igualdade de gênero. Promovendo, com as ações solidárias, direitos, em meio a pandemia, ao mesmo tempo em que demanda por atuação político-social.

Demonstrando, ainda a estratégia do movimento como demandante e precursor de políticas públicas visando atender demandas para além da reforma agrária, empreendendo esforços para obtenção e promoção de saúde, educação, acessibilidade, assistência social, infraestrutura, geração de renda, viabilização de plena comercialização e escoamento dos produtos agrícolas e emancipação de gênero.

E em que pese os obstáculos encontrados pelo grupo, incluindo o grupo de mulheres, tem-se que os processos agroecológicos como emancipatório e politizador, apresentando-se em um processo de organização social, cultural e produtivo, que reconstrói relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos e que são pautados em direitos e garantias.

Quanto às mulheres do movimento devem ser reconhecidas como cidadãs plenas, sujeitas de direitos, sendo eliminado qualquer tipo de violência contra elas, que possuem papel chave na econômica familiar; necessitam de políticas públicas específicas de gênero para ultrapassar obstáculos que as impedem ao direito à terra, à renda, à opinião e ocupação de espaços – inclusive de liderança, segundo suas próprias vontades e interesses. Só por meio desse enfrentamento é que as mulheres poderão se colocar ativamente na luta pela terra e por suas próprias demandas e vontades. Que viabilize serem sujeitas políticas ou sociais, como queiram, e que proporcionem sua libertação do patriarcado e dos ditames da sociedade sexista.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, jun., 2008, p. 43-64.

BARROS, L.; TEIXEIRA, C. **O MST e a luta pelo direito à saúde em tempos de pandemia de Covid-19**. [s.d.], [s.l.]. Disponível em: <<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/docu%20mentos/pensamentos/mst-na-pandemia/>>. Acesso em 08 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Curso: Igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável**. [s.l.], 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de formação sobre Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**, [s.l.], 2013.

BRASIL. Senado. **Observatório aponta aumento de violência contra mulheres na pandemia.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/05/observato-rio-aponta-aumento-da-violencia-contra-mulheres-na-pandemia>>. Acesso em: 08 set. 2020.

CÂMARA, A. A. F., *et al.* Agroecologia e emancipação de gênero: Protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, [s.l.], 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/issue/view/68>>. Acesso em: 09 set. 2020.

FIGUEIREDO, Y. G.; CALBINO, D. A imagem do SMT produzida pela mídia e sua influência sobre a formação discursiva dos discentes de uma universidade federal. **Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais**, v.7, n. 2. Recife, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de norte. **Arte & Ensaios UFRJ**, n. 32, 2016.

MST. **MST no combate ao coronavírus.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/21/mst-no-combate-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

MST. **MST enfrenta pandemia do coronavírus com a solidariedade.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/10/o-mst-pratica-a-solidariedade-para-enfrenta-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MST. **Durante a pandemia, MST já doou 50 toneladas de alimentos saudáveis em Alagoas.** Disponíveis em: <<https://mst.org.br/2020/08/12/durante-a-pandemia-mst-ja-doou-50-tonela-das-de-alimentos-saudaveis-em-alagoas/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira participa de campanha solidária durante a pandemia.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/09/assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira-participa-de-campanha-solidaria-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **Histórico e ações de saúde do MST em meio a pandemia são temas de pesquisa.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/10/historico-e-acoes-de-saude-do-mst-em-meio-a-pandemia-sao-temas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **PDS Osvaldo de Oliveira (RJ) resiste a ameaça de despejo com solidariedade.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/08/pds-osvaldo-de-oliveira-rj-resiste-a-ameaca-de-despejo-com-solidariedade/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MST. **Iniciativa “Mulheres Sem Terra: contra o vírus e violências” traz orientações de acolhimento.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/20/iniciativa-mulheres-sem-terra-contra-virus-e-violencias-traz-orientacao-e-acolhimento-na-pandemia/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

ONU. **UNFPA equidade de gênero é chave para desenvolvimento sustentável.** [s.l.], 2019. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/unfpa-equidade-de-genero-e-chave-para-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em 1 ago. 2020.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em 1 ago. 2020.

PASTORE, E. **Relação de gênero na agricultura ecológica**. Grupo Interdisciplinar de estudos sobre trabalho. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, n. 5, out., 2004, p. 13-35.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de *novos* sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; MENEZES R. e. **Gênero e geração em contextos rurais**. ed. mulheres. Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO T.; SILVEIRA M. L. da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Coordenadoria especial da mulher, p. 127-142. São Paulo: Secretaria do Governo Municipal, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 88, 106, 187, 220, 227, 234

Água 5, 26, 55, 65, 88, 89, 94, 98, 114, 149, 150, 159, 163, 167, 168, 172, 173, 190

Amazônia 6, 17, 18, 20, 29, 31, 33, 38, 39, 40, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 234

Animais Silvestres 6, 29, 30, 39, 40, 189

Aquário 7, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97

C

Ciclismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Cicloturismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Cidadania 8, 59, 62, 63, 64, 66, 70, 81, 175, 176, 179, 234

Cidade 6, 7, 6, 9, 23, 43, 44, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 130, 135, 142, 146, 147, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 173, 217, 224, 231, 232

Comunidade 8, 27, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 63, 75, 92, 100, 102, 103, 104, 106, 178, 206, 207, 213, 214, 216, 217, 219, 232

Concessão 7, 14, 106, 109, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Contrato 7, 150, 152, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Coronavirus 2, 11

Cultura Política 8, 59, 175

D

Direito dos animais 8, 183

Direitos Humanos 8, 1, 3, 4, 5, 22, 44, 57, 62, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 224, 226, 228, 229, 232, 233

E

Entretenimento 7, 76, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 103

Envelhecimento 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 183, 184, 192, 193, 194

Esgotamento sanitário 7, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Esgoto 155, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 171, 174

F

Fiscalização 7, 32, 39, 146, 147, 150, 152, 156, 158, 159, 161, 169, 171, 173, 203

G

Galactogenia 8, 183

Gênero 6, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 136, 184, 196, 197, 199, 207, 209, 221

I

Internações 7, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

J

Jardim Botânico 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

L

Lazer 6, 6, 46, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 100, 101, 103, 105

Lutas Sociais 6, 53, 57, 59, 61, 62, 70

M

Marketplaces 108, 109, 120

Método 8, 3, 32, 84, 87, 112, 122, 130, 136, 137, 143, 168, 169, 175, 176, 178, 180, 219, 220

Migração 8, 16, 221, 223, 224

Mobilidade 7, 59, 61, 64, 65, 67, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 205

Modelo 7, 1, 9, 14, 16, 17, 23, 35, 74, 130, 132, 133, 134, 136, 147, 150, 159, 161, 162, 163, 164, 171, 184, 197, 200, 206, 214, 222

Movimentos Sociais 6, 2, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27, 50, 51, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 179

MST 6, 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 22, 23, 24, 25, 26, 28

O

Osteoporose 183, 185, 186, 187, 192, 193, 195

P

Pandemia 6, 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 91

Parque 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 105

Participação Social 8, 52, 175

Percepção 6, 42, 43, 51, 52, 53, 55, 178, 190

Pesquisa 5, 8, 1, 2, 3, 11, 13, 26, 27, 28, 29, 32, 42, 43, 52, 53, 55, 60, 61, 62, 64, 66, 68,

71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 103, 104, 106, 112, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 143, 144, 146, 147, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 196, 199, 205, 213, 214, 219, 220, 234

Plataformas Digitais 108, 109

População 6, 1, 3, 9, 17, 18, 19, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 78, 80, 81, 83, 101, 109, 110, 116, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 146, 147, 149, 158, 159, 161, 162, 163, 180, 184, 185, 193, 194, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 227

R

Reforma Agrária 6, 3, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28

Reforma Urbana 6, 59, 60, 61, 62, 64

Regulação 7, 63, 146, 147, 150, 152, 159, 169, 171, 173, 186, 198

Rural 5, 6, 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 39, 42, 43, 47, 53, 55, 58

S

Saneamento 34, 42, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 146, 147, 149, 151, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 173

Saúde 7, 8, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 42, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 66, 98, 105, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 147, 162, 168, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 231

Segurança Pública 7, 130, 135, 140, 143, 226, 227, 234

Solidariedade 6, 1, 7, 8, 11, 219

SUS 129, 197, 209

T

Terra 6, 1, 2, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 45, 48, 66, 78, 181, 182

Território 6, 14, 15, 16, 23, 35, 37, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 74, 103, 163, 224, 226, 227, 229

Turismo 6, 7, 29, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107

U

Urbano 6, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 76, 80, 82, 83

V

Venezuelanos 8, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233

Violência Obstétrica 8, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Voluntários 8, 213, 214, 217, 218, 219

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021